

DESIGUALDADE SOCIAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Raymundo Pinto

Tem sido divulgada pela internet uma recente pesquisa feita pela instituição denominada World Inequality Lab que lançou um “Relatório Mundial de Desigualdade”, no qual faz uma avaliação da desigualdade social e econômica em termos mundiais. Os números são muito preocupantes e revelam que, desde 1980, é crescente a concentração da renda e da riqueza em poder de uma minoria. Tal fenômeno vem ocorrendo nas diversas regiões do planeta, sendo em grau mais elevado e mais rápido na América do Norte, Índia, China e Rússia. Vale observar que, esses dois últimos países, até pouco tempo, se orgulhavam da implantação do socialismo em seus respectivos territórios, um sistema que, segundo adeptos da doutrina marxista, iria acabar com o domínio da “burguesia” e igualar, com melhores condições de vida, todos os trabalhadores. A União Soviética se esfacelou, tendo cada um de seus antigos membros voltado para o antes “decadente” capitalismo. A China, com elevado senso de realismo, proclamou a adoção de um contraditório “socialismo de mercado” e já são incontáveis os milionários ou bilionários (até com carteirinha do PC) que influem em sua economia, sem, contudo, abrir mão de um regime político autoritário e concentrador. Na Europa, o aumento da concentração de renda foi moderado.

O Relatório em questão mostra ainda que o Oriente Médio e a África subsaariana mantiveram a desigualdade relativamente estável, porém registram níveis muito altos. Inclui o Brasil nesse rol e destaca que, ao longo de 15 anos (2001 a 2015), os progressos com vistas a reduzir as desigualdades no nosso país foram limitados. Demonstra que, nesse período, “os 10% mais ricos receberam mais de 55% da renda nacional total, enquanto os 50% inferiores receberam apenas 12%”. Ressalta que aquela minoria conservou sua alta renda, mesmo com a crise de 2008. Quanto a esses dados, não resisto de comentar que os governos petistas sempre proclamaram que teriam retirado 40 milhões de brasileiros das classes D e E, que passaram para a classe média (C). Os atuais quase 14 milhões de desempregados – resultado da grave recessão econômica de dois anos (2015/2016) provocada por D. Dilma – é a prova de que muita gente retornou à condição anterior.

O estudo ora analisado vai adiante, destacando a importância das políticas e iniciativas do Poder Público com o objetivo de corrigir as gritantes desigualdades. Propugna pela criação de um registro global dos ativos financeiros que seria, segundo o técnico Gabriel Zucman (coordenador do Relatório), “um duro golpe para a evasão fiscal e a lavagem de dinheiro, e aumentaria a eficácia da tributação progressiva, que é uma ferramenta essencial na redução da desigualdade econômica”. Acrescenta a necessidade de políticas mais ambiciosas para democratizar o acesso à educação e aos empregos bem remunerados, a fim de capacitar as gerações mais jovens. Tudo isso sem descuidar dos grandes investimentos públicos em saúde e proteção ambiental. Nesse ponto, a meu ver, os participantes da pesquisa – que são naturais de nações ricas e com obras públicas básicas já prontas – se esqueceram de grandes carências que afetam outros países como o Brasil. Tendo uma dimensão continental, aqui faltam estradas, portos, aeroportos, energia e, sobretudo, saneamento, ou seja, a infraestrutura do país aguarda elevados investimentos, além daqueles mencionados.

Em síntese, ficou evidente, mais uma vez, que a absurda distribuição da riqueza e sua conseqüente concentração em mãos de poucos constitui um fenômeno mundial, o que, infelizmente, tende a piorar. O nosso país não foge à regra geral. Na semana passada, a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe divulgou um estudo intitulado “Panorama Social da América Latina 2017”. Depois de analisar a situação em 22 países, chegou à conclusão de que o Brasil, considerada a média do período de 1990 a 2015, é o líder em concentração da riqueza nas mãos de 1% da população, que detém 27,8% da renda total de todo país. Como sabemos, as soluções para enfrentar e corrigir esses gravíssimos problemas são bastante complexas. Cientistas e estudiosos, com base em experiências internacionais – realizadas, em especial, na Coreia do Sul e na Finlândia – defendem que a prioridade deve ser uma radical mudança nos fundamentos que regem a educação, dando-se ênfase aos critérios meritórios. É claro que, em paralelo, outras essenciais reformas terão de ser efetuadas, tendo mais urgência, na atualidade, as reformas política e tributária, com profunda revisão de revoltantes privilégios. Implantadas tais medidas – entre outras, ressalte-se – espera-se que uma melhor distribuição da riqueza ocorra como uma consequência natural.